

*Inauguração da galeria de retratos a óleo
dos anteriores Provedores de Justiça
— 18 de março de 2015 —*

Pensar uma instituição sem memória, sobretudo quando ela é um órgão do Estado, é, permiti-me a imagem forte, como olhar para sepulcros caiados, onde o branco nos esconde com perversidade o passado e não nos abre sequer minúsculas seteiras para o futuro.

A memória, o rememorar, é um dos momentos mais nobres e mais elevados da vida coletiva quando, com eles ou por eles, se empresta sentido àquilo que de bom as instituições fazem pelos seus concidadãos, dando-se, assim, de uma só vez, propósito ao passado como tal, mas, principalmente, assumindo-o como âncora para o que vem. Por isso, a imagem forte com que se iniciaram estas palavras só pode ser vista como exaltação do bom, do belo e do justo, e tudo em um horizonte de festa, como é aquele que neste momento vivemos.

É pois, com este sentido mais profundo e nunca com qualquer outro — por sobre tudo com aquele que se pode facilmente confundir com a vã glória ou com a pequena e venenosa *vanitas* — que estamos hoje aqui, como homens e mulheres livres, com funções de Estado, a lembrar sentidamente, todos os que, dentro desta instituição, enquanto Provedores, deixaram rasto, fizeram justiça, assumiram a crença de um ideal, desencadearam e arrostaram a incompreensão dos mais fortes e se mostraram sempre de corpo e espírito inteiros na defesa dos direitos de todos os seus concidadãos.

O Provedor de Justiça, esta instituição única e singular que nasce em período revolucionário, que beneficia depois da legitimidade constitucional e se consolida durante 40 anos, merece que nos lembremos daqueles que ao longo, precisamente de quatro décadas, lhe deram brilho, reconhecimento, coerência e, por sobre tudo, estiveram sempre na linha da frente da promoção, da defesa e da tutela dos direitos fundamentais dos cidadãos. Sem tergiversar. Sem ceder. Sem pactuar. Aguentando as investidas ou as malquerenças com a firmeza da coerência, a fortaleza do saber refletido e a sagesa da continência pacificadora.

Pensar, como penso — e com isto não estou sequer a ser hegeliano, *ahimé* — que as instituições são um *continuum* no qual se não podem nem devem encontrar hiatos, é, queiramo-lo ou não, quase que uma decorrência do bom senso e, sem qualquer presunção, a implicação de uma certa estética que, em reta medida, é até uma

fundamentação inquestionável da teoria do Estado que não é, não pode ser, mínimo. Mais. A própria figura do Provedor de Justiça é, por paradoxal que pareça, a expressão inequívoca da rejeição da inconsistente, bem marcada ideologicamente e fluida ideia tardo-moderna de Estado-mínimo. Mas voltemos, sem de lá, todavia, nunca termos saído, ao essencial deste momento bonito e festivo.

Os oito retratos a óleo que hoje inauguramos dos antigos Senhores Provedores deste órgão do Estado – dois dos quais se encontram nesta sala, para benefício, regozijo, honra e alegria de todos – marcam uma cadeia inconsútil de dedicação, empenho, zelo e defesa dos direitos humanos. A eles, a todos eles, pois, a nossa mais sentida gratidão e a nossa profunda homenagem. De maneira irrestrita e incondicional.

Todavia, como bem sabemos, e hoje de uma maneira ainda mais viva e vincada, a comunidade é uma entidade cada vez mais complexa onde se ligam e religam vontades e propósitos, públicos e privados, que, para todos, felizmente, visam uma finalidade comum. Quer isto significar, na aparente abstração do que se acaba de dizer, que uma tal galeria de retratos não teria sido possível levar a cabo não fora a extraordinária generosidade da Fundação Engenheiro António de Almeida, presidida pelo Senhor Doutor Fernando Aguiar-Branco.

E quando digo isto não o faço de ânimo leve, mas antes com um profundo sentido de agradecimento, na pessoa do Senhor Dou-

tor Fernando Aguiar-Branco, que se prende, por um lado, com a total disponibilidade financeira com que oferece uma tão seleta galeria de retratos a óleo de todos os antigos Provedores de Justiça — pintados, refira-se também, pelo notável traço e sensibilidade artística de João Freitas — quer ainda, pela dedicação, de que eu próprio sou testemunha direta e não só de ouvir dizer, com que o Senhor Doutor Fernando Aguiar-Branco pôs na feitura dos próprios retratos. Expliquemo-nos: só alguém com espírito superior e a entrega do Senhor Doutor Fernando Aguiar-Branco poderia dar indicações precisas — porque, para além de tudo, os conheceu pessoalmente a todos — sobre a personalidade de cada um dos Senhores Provedores desta casa, para que o pintor pudesse melhor traduzir, em termos de cor, de forma, de traço, de intensidade, de profundidade, de *sfumatura*, a alma que todo o retrato deve transmitir, que outra coisa não é senão, sabemos-lo sem exceções, a alma do retratado. Também por isso — e julgo exprimir, assim, o sentimento que por todos perpassa neste momento — bem haja Senhor Doutor Fernando Aguiar-Branco.

A comunidade é a soma de todos nós na infinita diversidade de cada um e vai — quem o não sabe? — muito para lá dessa soma. A comunidade é a conjunção diferenciada, que não antinómica, entre *res publica* e *res privata*. A comunidade é o sentir comum que pulsa na fibrilhação de valores partilhados. A comunidade é, em definitivo e de maneira seca, generosidade assumida como pulsão ética que pode transformar e acrescentar valor e sentido a todos e a cada um em

determinado momento histórico. E Vós, Senhor Doutor Fernando Aguiar-Branco, tendes o raro dom de ser um reto e justo pesa-sóis de tão complexa e intrincada realidade, para não dizer comunidade. Complexa e intrincada realidade, para não dizer comunidade, mas nem por isso menos sedutora. Nem por isso menos fatora de coisas belas e boas. Nem por isso menos credora de loas quando, por ela, os homens bons e justos da nossa terra se realizam, levando a cabo obras comunitariamente meritórias, enriquecendo, assim, material e espiritualmente, sobremaneira espiritualmente, os outros, de maneira individual, e a própria coletividade.

Termino estas breves, mas muito sentidas palavras, expressando a minha firme e sincera convicção de que este momento e esta galeria de retratos a óleo, fundados que são no reconhecimento do que é justo e na nobreza do gesto de quem dá incondicionalmente, contribuirão para que se estreitem os laços inquebrantáveis que devem unir todos aqueles que serviram e que servem este órgão do Estado e para que saia reforçado o compromisso que todos nós assumimos de agir, sempre e sempre, na defesa dos direitos fundamentais do cidadão.

José de Faria Costa